



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 - 4º andar - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88.010-300

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

1 ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO-29/10/2020.

2 Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às quatorze horas, no link
3 meet.google.com/ttb-tdmk-uaa, participaram os seguintes membros do Conselho Municipal de
4 Saneamento Básico - COMSAB: João Henrique S. Quissak Pereira (SMHS/SMI); Tânia Maas
5 dos Anjos (Gab. Prefeito); Guilherme Graciosa Pereira (FLORAM); Kamila Mendonça de Lima
6 (SMDU); Márcio Ishihara Furtado (SMO/SMI); Valdori Alci de Almeida (SMTTDE); Carlos André
7 Pincelli (VISA); Jéssica Cândido Machado (COMCAP); Breno Vilhalba Pamplona (IPUF);
8 Fernando César Demetri e Rodrigo da Silva Vieira (ACIF); Eugênio Luiz Gonçalves e João
9 Henrique Mertem Peixoto (Ass. Morad. Ent. Com.); Albertina da Silva de Souza (UFECO); Djan
10 Porrua de Freitas (ABES/SC); Odilon Fernandes Roman (CREA/SC); Pablo Heleno Sezerino
11 (UFSC); Haneron Victor Marcos (SINTAEMA); Fabiane A. Tasca Goerl (ACESA); Carlos B. Leite
12 (SINDUSCON), totalizando dezoito (18) instituições do Conselho representadas na reunião.
13 Estiveram também participando da reunião: Janaína Guesser Prazeres (Diretora de
14 Saneamento/SMI); Alexandre Francisco Böck e Marília Schmitz (SMI/SMHS/DS/GS); Carlos
15 Apollaro (AMONC) e a secretária executiva do COMSAB Paulina Korc, totalizando vinte e cinco
16 (25) participantes. Justificaram ausência: Laudelino Bastos e Silva (SMHS/SMI); Cláudio Soares
17 da Silveira (FLORAM); Priscilla Valler dos Santos e Iara Réus Magalhães (SMS); Telma de
18 Oliveira Pitta (SMDU); Pery Fernando Fornari Filho (CASAN); Aroldo João Costa (CREA/SC).
19 Rodger Fernandes (SINTAEMA) e Tatiana da Gama Cunha (AMASI). Por solicitação do
20 Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico, a 2ª Reunião Ordinária Virtual do
21 COMSAB foi conduzida pelo conselheiro suplente da SMHS/SMI **João Henrique S. Quissak**
22 **Pereira**, que abriu os trabalhos agradecendo a participação dos conselheiros e passou a
23 palavra à secretária executiva. Na oportunidade, **Paulina Korc** informou que a ACIF alterou sua
24 representação no COMSAB e, na sequência, colocou em apreciação as seguintes atas: Ata da
25 2ª Reunião Extraordinária Virtual de 09/09/2020; Ata da 3ª Reunião Extraordinária Virtual de
26 17/09/2020; Ata da 1ª Reunião Ordinária Virtual de 24/09/2020, as quais foram aprovadas pelos
27 conselheiros, com abstenção de Haneron. Na sequência, **João Henrique Quissak** passou a
28 palavra ao Coordenador da Comissão de revisão da Lei 7474/2007. Na oportunidade, **Pablo**
29 **Sezerino** apresentou o documento elaborado pela Comissão de revisão da Lei 7474/2007,
30 considerando as discussões realizadas: (i) A Comissão, instaurada em 2018, foi ampliada na
31 reunião ordinária do COMSAB realizada no dia 24/09/2020; (ii) Os trabalhos da comissão foram
32 retomados em 15/10/2020, quando os novos integrantes da Comissão foram informados sobre
33 as discussões que ocorreram em meados de 2018 e início de 2019; (iii) A Comissão está
34 revisando a referida Lei Municipal no tocante aos artigos que se referem ao COMSAB, com foco



35 em três eixos: Definição se o Conselho será deliberativo ou consultivo / A composição do
36 Conselho / A condução dos trabalhos do Conselho. Para poder avançar na sugestão de
37 alteração dos artigos da Lei, no contexto dos três eixos citados, a Comissão entendeu que todos
38 os conselheiros necessitam de esclarecimentos jurídicos e técnicos na forma detalhada. Neste
39 sentido, sugeriu pelo encaminhamento de documento do COMSAB aos conselheiros que
40 representam a Procuradoria Geral do Município, para que estes possam preparar aos demais
41 uma apresentação sobre ação do COMSAB, em data a ser agendada tão breve possível. A
42 partir destes primeiros esclarecimentos, a Comissão reassume seus trabalhos, com novos
43 membros se assim o quiserem, ao longo do ano de 2021, concluiu **Pablo**. Após alguns
44 esclarecimentos, os conselheiros participantes da 2ª reunião ordinária virtual do Conselho
45 aprovaram a proposta da Comissão. Sendo assim, a solicitação será remetida aos
46 representantes da Procuradoria Geral do Município no COMSAB. Dando prosseguimento, **João**
47 **H. Quissak** passou a palavra à Comissão das Pautas para Reuniões do COMSAB. **Pablo**
48 **Sezerino** (coordenador da comissão) apresentou a proposta elaborada pela Comissão: (i) Para
49 a reunião ordinária do COMSAB de 29/10/2020: Apresentação da Comissão dos 12 itens de
50 Pauta a serem trabalhados ao longo de 2021; Apresentação por parte dos técnicos da
51 SMHS/PMF dos andamentos referentes aos itens da Carta da II Conferência Municipal de
52 Saneamento Básico de Florianópolis/2018 relativos à Política de Saneamento; Apresentação
53 por parte dos técnicos da SMHS/PMF do Diagnóstico Participativo dos problemas de drenagem
54 elaborado pela DREMAP (comissão com representantes da Prefeitura e UFSC). (ii) Para as
55 reuniões do COMSAB dos dias 26/11/2020 e 09/12/2020: Apresentação por parte dos técnicos
56 da SMHS/PMF sobre a Revisão do PMSB de Florianópolis. (iii) Previsão para 1ª Reunião
57 Ordinária de 2021: Discussão do item “Transparência/Sistema de Informação”, relativo as
58 dimensões Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. **Pablo** também elencou os temas
59 de acordo com os itens da Carta da II Conferência Municipal de Saneamento Básico de
60 Florianópolis – 2018, referentes a Política Municipal de Saneamento Básico: **1)**
61 **Transparência/Sistema de Informação:** Abastecimento de Água – itens 1,2 e 3; Esgotamento
62 Sanitário – item 4 (Meta 1); Todas as Dimensões – item 1; Relatório PMSB. **2)** Política de
63 Saneamento - Água: Abastecimento de Água – item 4; Todas as Dimensões – item 3. **3)** Plano
64 de Drenagem: Drenagem e Manejo das Águas pluviais urbanas – itens 2 e 3. **4)** Gestão dos
65 Sistemas Individuais: Esgotamento Sanitário – item 1. **5)** Integração dos Conselhos e Planos
66 Municipais (alinhar com Michel): Esgotamento Sanitário – item 2; Todas as Dimensões – item 2.
67 **6)** Gestão Metropolitana: Esgotamento Sanitário – item 3. **7)** Convite SDE/SDS: Esgotamento
68 Sanitário – item 4 (Meta 2); Comitê das Bacias. **8)** Política de Resíduos: Limpeza Urbana e



69 Manejo de Resíduos sólidos – itens 1 e 4; Convite Comissões. **9)** Minhoca na Cabeça: Limpeza
70 Urbana e Manejo de Resíduos sólidos – item 2; Todas as Dimensões – item 3; Grandes
71 geradores. **10)** Gestão COMCAP: Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos sólidos – item 3. **11)**
72 Pesquisa e Desenvolvimento - UFSC: Todas as Dimensões – item 5. **12)** Revisão do PMISB.
73 **João H. Quissak** ressaltou que, como a proposta da Comissão é que as reuniões do COMSAB
74 tenham como base os encaminhamentos da Conferência, a equipe técnica da Diretoria de
75 Saneamento preparou as quinze (15) proposições que se referem à política, para dar um
76 panorama do que avançou ou não. Na conclusão desta pauta, os conselheiros aprovaram a
77 proposta apresentada pela Comissão. De acordo com a pauta, **João H. Quissak** iniciou a
78 apresentação do andamento das proposições relativas à Política de Saneamento, constantes na
79 Carta da II Conferência Municipal de Saneamento Básico de Florianópolis/2018. DRENAGEM:
80 1) A Política de Drenagem tem uma minuta a ser discutida e será compartilhada com a
81 DREMAP e posteriormente com o COMSAB. Sobre o Plano de Drenagem, foi encaminhado
82 para Diretoria de Licitações e Contratos um TR para licitação. O objetivo é que as etapas a
83 serem executadas tenha transparência e envolva a participação da sociedade, sendo que a
84 etapa de diagnóstico já foi realizada dessa forma por meio da DREMAP. 2) Não foi executada.
85 Necessidade de articulação com IPUF e FLORAM. 3) No Diagnóstico Participativo da realizado
86 pela DREMAP foram levantamentos problemas de alagamento em todo o município, entretanto,
87 o planejamento e execução das ações ainda não foram realizadas. ESGOTAMENTO
88 SANITÁRIO: 1) Já é uma prerrogativa do documento de viabilidade que é requerido pelo
89 município e avaliado pela CASAN, sendo também objeto de ACPs no município. 2) Atualmente
90 existe apenas uma minuta de Política de Esgotamento Sanitário mas de certa forma há previsão
91 de elaboração da mesma no Plano que está em fase final de revisão. Sobre a concepção geral
92 do sistema de esgotamento sanitário, a primeira etapa do trabalho já foi construída, aprovada
93 por meio de decreto, apresentada ao COMSAB e à Frente Parlamentar de Saneamento,
94 envolveu órgãos de diferentes áreas a nível federal, estadual e municipal. Atualmente está
95 sendo realizada a segunda etapa do estudo de alternativas da disposição final, apresentado no
96 COMSAB (escopo e contra escopo). Em relação à concepção geral do sistema de
97 abastecimento de água, o trabalho está em andamento já tendo sido realizada algumas
98 reuniões. Ambos produtos serão compartilhados e apresentados ao menos com o COMSAB,
99 órgão de participação e controle social vinculado ao tema, como já vem sendo feito. Para
100 apresentação no Conselho das Cidades, há necessidade de chamamento do Conselho. 3) Esta
101 proposição está no eixo do esgoto mas está relacionado com a questão do recurso hídrico,
102 gerenciamento de bacia hidrográfica e interligado com a questão dos povos e comunidades



103 tradicionais, exemplificando a maricultura. Neste caso, cabe fazer contato com a SDE para
104 articular algum instrumento de planejamento para a unidade da Ilha de Santa Catarina, o que já
105 vem sendo trabalhado no grupo da concepção geral do sistema de abastecimento de água. 4)
106 Esta proposição está ligada diretamente à alteração do Plano Diretor, para tanto, será
107 necessária a articulação entre o COMSAB e o IPUF. Na sequência, **Márcio** discorreu sobre o
108 abastecimento de água. Inicialmente informou que em 2018 a SDE criou a Unidade de
109 Planejamento e Gestão da Ilha de Santa Catarina (UPG), tendo como passo seguinte o Comitê
110 de Bacia. **Márcio** relatou que, de acordo com as informações do Frederico da SDE, está sendo
111 preparado o Termo de Referência para a elaboração do Plano de Bacia para a Ilha de Santa
112 Catarina, previsto para o segundo semestre de 2021. Em relação ao abastecimento de água na
113 Política de Saneamento, **Márcio** informou: 1) Sobre a publicação das informações no site da
114 CASAN está prevista na revisão do Plano e também está na pauta da primeira reunião do
115 COMSAB em 2021. 2) Não foi iniciado. Em relação ao Anexo II, os indicadores são um tanto
116 confusos, dificultando a possibilidade de mensurar. O mesmo está previsto na revisão do Plano,
117 colocando indicadores que melhor expressariam a questão do atendimento, prestação dos
118 serviços. 3) Houve apresentação da prestação de contas da CASAN no COMSAB em 2018 e
119 2019. 4) Existe legislação municipal com regramento, porém sem benefícios fiscais. Dando
120 sequência, **Alexandre** discorreu sobre os itens pertinentes aos resíduos sólidos: 1) Foi
121 elaborada a minuta de lei, apresentada no COMSAB, que dispõe sobre a Política Municipal de
122 Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Florianópolis. A mesma permanece na Secretaria
123 Municipal da Casa Civil e está pronta para ser remetida à Casa Legislativa. Na oportunidade,
124 **Alexandre** discorreu sobre o teor da minuta enfatizando os artigos que contemplam as
125 proposições para a política de resíduos sólidos. Encerradas as exposições dos técnicos da
126 Diretoria de Saneamento, **João H. Quissak** passou a palavra aos conselheiros que se
127 inscreveram, iniciando pelo conselheiro **Pablo** o qual enfatizou que a forma explicitada pelos
128 técnicos deixou clara a maneira como conduzir essas proposições. Na avaliação do **Pablo**, cabe
129 compilar as informações de cada proposição da política de saneamento, descrevendo o que e
130 como foi feito. Exemplificou que, na política de resíduos sólidos, que já tem o projeto de lei
131 elaborado, é possível colocar a proposição e citar os artigos da minuta de lei que atendem ao
132 indicativo da Conferência. A ideia é deixar claro para os membros do Conselho quanto das
133 proposições da política já foi contemplado para, numa próxima conferência, o Conselho possa
134 esclarecer à sociedade o que se conseguiu avançar em termos de demandas da conferência
135 anterior. Como encaminhamento, **Pablo** propôs que seja editado um documento na página da
136 Conferência, na sequência da Carta, com o andamento das ações realizadas para cada item



137 previsto na Política em cada dimensão. **Albertina** se manifestou em relação à exposição do
138 João Quissak sobre condicionar novas construções à infraestrutura disponível, onde o IPUF
139 consulta a CASAN sobre a viabilidade ou não. Aos conselheiros disse que na prática não é bem
140 assim, exemplificando que no Bairro do Itacorubi houve um salto de construções, porém não há
141 rede de esgoto no referido bairro. Disse que alguns prédios frequentemente contratam serviços
142 tipo limpa-fossa para recolher o esgoto dos empreendimentos. Informou ainda que nas
143 proximidades do de um pequeno rio existente próximo ao posto de saúde, as pessoas abrem
144 fossas, lançam o esgoto na rede pluvial desembocando no rio. **Albertina** disse que a consulta à
145 CASAN pode estar sendo feita, mas de fato o bairro inteiro não tem rede de esgoto e continua o
146 crescimento de edificações. Salientou que é preciso avaliar a forma de cobrar o cumprimento do
147 que é estabelecido como condicionante para novas construções. Outra questão abordada pela
148 **Albertina** é a importância da prestação de contas do Fundo Municipal de Saneamento Básico
149 (FMSB), exemplificando que no Conselho Municipal de Saúde a prestação de contas é realizada
150 a cada quatro (4) meses, por conta da legislação nacional. A **conselheira** sugeriu que na
151 revisão da Lei 7474/2007 seja inserido um artigo que todo final de ano haja prestação de
152 contas, pelo gestor, das aplicações dos recursos do FMSB, tornando-se obrigatória. **João H.**
153 **Quissak** disse que em 2018 houve a apresentação da prestação de contas, prática que deveria
154 ser adotada para todos os anos visando a transparência e o controle social sobre a aplicação de
155 recursos do Fundo. Sobre o esgoto, a proposição específica fala em condicionar novas
156 construções nas regiões atendidas por Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), não
157 abrangendo áreas desprovidas de sistema público, que, por sinal, são normalmente as mais
158 críticas. **Pablo** solicitou questão de ordem para informar que no Itacorubi há uma Ação Civil
159 Pública impedindo novas construções devido a inexistência de rede de esgoto, porém existe
160 uma leitura do jurídico do município permissiva se o empreendedor apresentar estação de
161 tratamento de esgoto no empreendimento. **Pablo** salientou que é uma região muito confusa,
162 existe normativas diferenciadas na esfera estadual e na esfera municipal, inclusive o
163 licenciamento ambiental fica nesse fogo cruzado. Neste sentido, **Eugênio** rememorou que na
164 Conferência de Saneamento foi muito citada a ausência do plano de ação por parte da
165 Prefeitura. Esclareceu que para cada ação precisa de um plano (o que, como, quem, quando,
166 onde). A forma em que foi apresentado, não dá condições de avaliar como está cada
167 proposição. Cada proposição precisa ser transformada num plano de ação para poder avaliar se
168 estamos avançando. Na oportunidade, **Eugênio** reiterou a colocação da Albertina e propôs que
169 o COMSAB encaminhe documento ao IPUF e à CASAN solicitando os relatórios com as
170 autorizações dando conta que o Município tem condições de atender toda capacidade da



171 Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da área do Itacorubi, assim também da Trindade,
172 Córrego Grande, Lagoa da Conceição, dentre outros. Também avaliar o esgoto isolado de cada
173 condomínio, considerando que a unidade multifamiliar também precisa ser fiscalizada. O
174 COMSAB precisa agir e cobrar as quatro dimensões do saneamento, falta de controle de
175 gerenciamento fiscal e gerencial. O relatório de gestão não está sendo aplicado, na avaliação
176 do **Eugênio**. Em relação às ETEs, **Djan** exemplificou que o CEPON, um empreendimento
177 construído em 2012 e na época já tinha licenciamento para tratamento de esgoto individual, o
178 que acontece com a maioria das construções de pessoa jurídica. Quando se fala em rede de
179 tratamento de esgoto trata-se de rede pública, pois a maioria das residências tem fossas
180 individuais, diferentemente dos empreendimentos privados. **Djan** disse que existe fiscalização
181 periódica definida pela Vigilância Sanitária de Florianópolis, na qual está envolvida a CASAN
182 para avaliar a eficiência das estações de tratamento. Por fim, **Djan** enfatizou que todas estas
183 informações precisam estar disponibilizadas no portal da transparência, informando quantas são
184 as estações de tratamento e quantas pessoas são atendidas. **Pablo** enfatizou que o
185 esclarecimento que precisa ser solicitado é sobre a atuação do Município de Florianópolis, o
186 que compete à VISA e o que compete à FLORAM que vem ao encontro das demandas
187 pautadas como política. Há resoluções municipais recentes que deixam clara até qual porte de
188 unidade predial, unifamiliar ou multifamiliar, é de responsabilidade da VISA ou da FLORAM.
189 Pablo enfatizou que nos sites das instituições tem muito claro o mapeamento de como se dá
190 toda aprovação. Cabe como item de esclarecimento à população e aos conselheiros, respostas
191 rápidas abaixo dos itens da lei, informando a normativa e o porte de empreendimento que
192 trabalha a VISA, a FLORAM, esclarecendo que o CEPON, citado pelo Djan, é uma unidade
193 passível de licença, atualmente de responsabilidade da FLORAM. A Diretora de Saneamento
194 **Janaína**, esclareceu que está buscando os relatórios solicitados pelo Conselho, inclusive os
195 documentos solicitados pelo conselheiro Eugênio já tem uma parte deles, A equipe da Diretoria
196 de Saneamento está trabalhando para que os relatórios e documentos sejam disponibilizados
197 periodicamente, com o objetivo de tomar conhecimento e criar um relatório mais funcional para
198 estar disponibilizando no site da Prefeitura para acesso dos conselheiros e da população, assim
199 que estiverem concluídos. **João H. Quoissak** retomou a proposta de encaminhamento do Pablo
200 para a Diretoria de Saneamento esclarecer e publicizar como está cada ação e, na sequência,
201 definir o que falta ser trabalhado e definir as ações. Na oportunidade, **Pablo** estimulou os
202 conselheiros a navegar pelos sites dos órgãos que trabalham na área do saneamento. Enfatizou
203 que tem muita informação sobre saneamento no site da Prefeitura, porém as informações não
204 estão centralizadas. Na sua avaliação, há necessidade de trabalhar a proposição mais votada



205 na Conferência que é a transparência da informação, inclusive com uma linguagem mais
206 acessível. **Eugênio** disse que está de acordo com a orientação do Pablo, onde a Prefeitura irá
207 elaborar um relatório sobre cada ação. Com base nesse relatório, será possível estipular e
208 cobrar prazos. Os conselheiros aprovaram esta proposta. Na sequência, **João H. Quissak**
209 discorreu sobre o diagnóstico de drenagem urbana. Primeiramente, **Quissak** explicou os
210 conselheiros que a realização do projeto das oficinas de participação popular foi uma iniciativa
211 da equipe técnica da Diretoria de Saneamento. Contou com apoio de setores da UFSC, Carlos
212 André Pincelli (VISA), Conselho de Saúde, COMCAP, Caixa Econômica Federal, dentre outros.
213 **João Quissak** discorreu sobre histórico de composição da Comissão Especial de Estudos de
214 Drenagem e Manejo das Águas Pluviais e, na sequência, enfatizou que a comissão definiu
215 como primeira etapa do trabalho a realização do diagnóstico buscando a construção de um
216 plano diretor de drenagem e entendeu que a participação popular seria fundamental na
217 construção desse processo do diagnóstico. A unidade de estudo adotada foi a Unidade
218 Territorial de Planejamento que tem como base as bacias hidrográficas. Também discorreu
219 sobre a metodologia utilizada, sistematização das informações, realização da consulta pública,
220 tratamento das informações. Um dos produtos é o fluxograma organizacional da drenagem
221 urbana na Prefeitura de Florianópolis que também está incluso no documento do diagnóstico.
222 No quadro síntese das informações sobre drenagem urbana de Florianópolis consta: 1)
223 Caracterização das UTPs (Unidades Territoriais de Planejamento); 2) Caracterização dos
224 problemas de drenagem no diagnóstico técnico; 3) Caracterização dos problemas de drenagem
225 junto à população. Com base nestas informações foram gerados mapas com cada UTP.
226 Também foi realizado levantamento da área ambiental protegida, infraestrutura de macro e
227 micro, seja natural ou construído. **João Quissak** relatou ainda que todos os problemas
228 levantados foram listados, tanto no diagnóstico técnico quanto no participativo. Após discorrer
229 sobre o produto, **João H. Quissak** disse que será disponibilizado no site da Prefeitura e
230 compartilhado com os membros do COMSAB. Salientou que a Comissão de drenagem precisa
231 retomar os trabalhos para definir os próximos passos, a forma como será dado o retorno às
232 comunidades. **Quissak** disse que, considerando que o diagnóstico é de 2017, é preciso ter
233 ferramentas para resolver os problemas e atualizar as informações. Informou que no primeiro
234 semestre de 2020 foi elaborado o Termo de Referência para a construção do plano de
235 drenagem o qual foi encaminhado para licitação. **Pablo** enfatizou que tem diversos estudos
236 sobre drenagem e, na oportunidade disponibilizou alguns links aos conselheiros:
237 <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=estudo+esgotamento+sanitari>
238 [http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=estudo+esgotamento+sanitari](http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=estudo+esgotamento+sanitari+comunitario)
[+comunitario&menu=5&submenuid=331;](http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=estudo+esgotamento+sanitari+comunitario+e+participativo) [http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/pmgirs/;](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/pmgirs/)



239 <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=produtos&menu=15>. Embora
240 a equipe técnica esteja reduzida, **Pablo** disse nos últimos anos os técnicos da Diretoria de
241 Saneamento apresentaram para o Conselho e a sociedade uma série de estudos e
242 encaminhamentos, destacando-se: Estudos sobre Esgotamento Sanitário, Estudo sobre
243 Drenagem, Minuta de Política de Resíduos Sólidos Urbanos, dentre outros. Na sua percepção
244 os técnicos estão de parabéns por estarem cumprindo com qualidade técnica as demandas da
245 cidade na área de saneamento. **Pablo** lamentou que, para realizar o diagnóstico, a equipe
246 precisou buscar recursos, enfatizando que deveria ter sido subsidiado pelo Fundo Municipal de
247 Saneamento Básico. Na oportunidade, **Pablo** indagou os conselheiros se não caberia uma
248 conversa com os candidatos a prefeito expondo o que o Conselho espera do próximo gestor
249 municipal em relação às ações de suporte ao Conselho Municipal de Saneamento Básico,
250 conforme realizado em eleições anteriores. Se colocou à disposição para colaborar na
251 elaboração de um documento para ser entregue aos candidatos. Na ocasião **Paulina** informou
252 que o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, do qual também é secretária
253 executiva, elaborou uma Carta para ser protocolada junto aos dez comitês de campanha e, caso
254 haja segundo turno, realizar reunião com os dois candidatos. Disse ainda que, considerando
255 que ambos os conselhos tem o mesmo presidente, secretária e alguns conselheiros são
256 membros nos dois conselhos, as reuniões do segundo turno poderiam ser conjuntas. **Carlos**
257 **Leite** e **Tânia Maas** imediatamente se manifestaram favoráveis à elaboração do documento.
258 **Fernando** da ACIF sugeriu a realização de uma coletiva de imprensa para divulgar sobre o
259 encaminhamento do documento. Na oportunidade, **Janaína** enfatizou a importância da
260 formação da comissão para elaborar o documento aos candidatos, neste primeiro turno. Na sua
261 avaliação, o que o Conselho precisa é que o gestor municipal esteja familiarizado com as
262 questões do saneamento e, no segundo turno, chamar os candidatos e dizer a eles a situação
263 real do saneamento no Município. Na oportunidade, **Janaína** informou que no dia 30/10 a
264 Prefeitura realizará reunião com a CASAN para finalizar a revisão das ações e metas do Plano
265 Municipal de Saneamento Básico, que foram desenvolvidas na II Conferência de Saneamento.
266 Disse que a Diretoria de Saneamento está trabalhando intensamente para finalizar a revisão do
267 Plano e apresentar ao Conselho ainda em 2020. Na oportunidade, os conselheiros deliberaram
268 pela elaboração de um documento aos candidatos a Prefeito/a de Florianópolis. Foi agendada
269 para o dia 03/11, às 16 horas, reunião para elaboração do documento. O link será encaminhado
270 a todos os conselheiros que se dispuserem em contribuir na elaboração do documento. Para
271 aprovação do documento, foi deliberado que será em reunião extraordinária no dia 05/11, às 14



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 - 4º andar - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88.010-300

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

272 horas, com pauta única. Nada mais havendo a tratar, **João Henrique Quissak** encerrou a
273 reunião e eu, Paulina Korc, redigi a presente ata.